

Governadores farão sugestões a Sarney

Constituintes definem mudanças no ICM e IPI

A extinção dos impostos únicos cobrados sobre energia elétrica, lubrificantes, comunicações e transportes; a substituição do ICM por um imposto sobre operações relativas à circulação de coisas corpóreas e prestações de serviços e do IPI pelo imposto sobre bebidas, veículos e derivados do fumo; e a isenção de impostos sobre exportações, tanto interestaduais como internacionais, são as principais propostas apresentadas, ontem, pelo relator da Subcomissão de Tributos, e que poderão representar profundas mudanças no atual sistema tributário.

Do emaranhado de propostas apresentadas à Subcomissão, exatamente 818, há de concreto apenas duas correntes que se dividem para o capítulo tributário. Uma faz parte da Comissão Afonso Arinos, que mantém praticamente inalterada a estrutura da Constituição em vigor, pretendendo apenas corrigir algumas distorções no sistema tributário. A outra, da Comissão da Reforma Tributária e Administrativa, defende profundas mudanças e a palavra de ordem é descentralização administrativa, política e econômica.

De acordo com a análise do relator da Subcomissão de Tributos, deputado Fernando Bezerra Coelho, das 818 propostas encaminhadas, apenas 10% envolvem sugestões abrangentes em todo o capítulo tributário e 90% são propostas específicas. Em linhas gerais, o princípio que baliza a reforma do novo sistema tributário é a modernização dos sistemas fiscais, de forma a eliminar as distorções e readaptar o padrão de financiamento do gasto público à

nova realidade sócio-política do país.

De um modo geral, o que se pretende introduzir na futura Constituição é a redução das iniquidades, através de uma ampla revisão das bases incidentes dos tributos, tornando estas mais abrangentes, mais eficientes e menos fragmentadas. Defende, também, o princípio da autonomia federativa, traduzido em um maior equilíbrio entre a repartição das receitas fiscais, as fontes geradoras de recursos e as necessidades mínimas de gastos.

O que muda

As modificações propostas para o sistema tributário são as seguintes:

- criação de um novo imposto de base abrangente sobre o patrimônio pessoal ou familiar, e a tributação das heranças e doações;
- extinção dos impostos únicos e do ISS;
- o Finsocial e a cota-federal do salário educação são substituídos por um adicional, temporário, do novo imposto estadual;
- cria-se um novo imposto municipal, incidente sobre o comércio e varejo de combustíveis líquidos e gasosos;
- os atuais IPTU e ITR seriam fundidos num só imposto sobre a propriedade, de competência municipal, cuja receita seria completada com 25% do produto do novo ICM; e,
- Criação do imposto de renda progressivo.

Conforme informou o relator Fernando Bezerra, estas são as propostas mais viáveis e que estão merecendo simpatia dos constituintes no sentido de aprová-las.

Arraes alerta o PMDB sobre falta de verbas

Recife — Através de uma carta que será entregue pessoalmente hoje ao presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, o governador Miguel Arraes pede que a executiva nacional do partido se posicione na reunião de logo mais sobre a questão do esvaziamento financeiro dos estados e municípios, porque a falta de recursos para tocar a administração «começa a desacreditar o PMDB, que detém a maioria dos governos e a direção dos grandes municípios».

A carta, redigida domingo de manhã pelo próprio governador, será entregue a Ulysses pelo prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos. Nela, Arraes adverte que, se o partido não tomar uma providência para forçar o governo federal e atender aos pleitos dos estados e municípios, «será atingida a confiança no processo eleitoral e no próprio avanço democrático».

«Acresce» — diz o documento — «que isso ocorre no momento em que se elabora uma nova Constituição, de cujos debates e de cujo encaminhamento dificilmente podem participar os executivos eleitos em 1985 e 1986, às voltas com problemas acumulados pelos desmandos de mais de 20 anos».

Arraes pede ainda no mesmo documento que a direção do PMDB desminta versões supostamente oficiais que circulam na imprensa, segundo as quais o Planalto só estaria pensando em atender aos pleitos dos estados e municípios que eliminarem o gatilho salarial.

«Seria importante o desmentido de tais versões», afirma o governador, «que não nos parecem corresponder à postura do Sr. presidente da República, que, ao apelar para a unidade nacional, sabe que ela exige o cultivo de um mínimo de convivência que possibilite o enfrentamento comum da crise». Acrescenta ainda Miguel Arraes que o PMDB precisa tomar «posição inequívoca» sobre essa questão, «de modo a ficar clara sua oposição ao arrocho salarial».

«Se o atual estado de coisas perdurar, o PMDB corre o risco de ser acusado de defendê-lo, inclusive com a invocação da prática de governadores e prefeitos às voltas com insolúveis problemas financeiros», adverte Arraes.

Apesar de pertencer à direção nacional do PMDB, onde ocupa a 2ª vice-presidência, Miguel Arraes resolveu não participar da reunião de hoje.



Newton e Quercia discutiram os descaminhos da economia

Congresso quer mais poder sobre economia

Há um consenso junto aos membros da Subcomissão do Sistema Financeiro de que o atual sistema não está servindo ao país, não atendendo a necessidade de desenvolvimento, não colaborando para o fim dos desniveis regionais, nem tão pouco com uma melhor distribuição das rendas. A informação é do relator da Subcomissão, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) que partiu desse princípio para elaborar o texto inicial do anteprojeto.

Segundo Fernando Gasparian, o anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, apresentado ontem ao plenário da Comissão Temática, apresenta como novidade mecanismos para a eliminação do sistema cartorial, permitindo o ingresso no mercado de pequenos grupos como forma de resolver a questão a partir da competição no mercado. Além disso, o texto do anteprojeto permite a criação de cooperativas de crédito que atenderiam melhor as necessidades de setores específicos.

A volta do teto máximo para os juros é outra inovação apresentada no texto do relator, que propõe o limite máximo de 12% ao ano de juros reais (juros além da correção monetária), estabelecendo que a cobrança da taxa acima desse limite é considerada usura. O anteprojeto elaborado por Fernando Gasparian também prevê a fiscalização do sistema financeiro pelo Congresso, que atuaria no lugar do CMN, que, de acordo com a proposta, será esvaziado.

O anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro também

Reuter

São Paulo — Os governadores Orestes Quercia (SP), Newton Cardoso (MG) e Moreira Franco (RJ) poderão se reunir, num futuro próximo, para discutirem propostas de medidas econômicas a serem apresentadas posteriormente ao presidente José Sarney. Cada um desses governadores, já está ouvindo sugestões de economistas de seus estados, que depois serão discutidas e levadas ao presidente Sarney e ao ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda. Essa informação foi dada ontem, no Palácio dos Bandeirantes, pelos governadores Orestes Quercia e Newton Cardoso, que veio ontem a São Paulo para participar de um programa de televisão. E aproveitou a oportunidade para se reunir com Quercia e discutir os problemas econômicos enfrentados pelo país.

Newton Cardoso explicou que os governadores — reunidos no dia 8 de abril em São Paulo — tinham expectativas de mudanças, sobretudo nas questões econômicas do país. Mas todos eles continuam com essas mesmas expectativas, apesar de já ter havido mudança no Ministério da Fazenda: «Temos ainda expectativas econômicas. Não queremos destruir ninguém, derrubar nenhum ministro. A nossa expectativa é que haja uma mudança econômica, que passe por questões como a dívida interna e exportações».

Por esse motivo, Newton Cardoso anunciou a possibilidade de se reunir proximamente com os governadores Quercia e Moreira, para discutir propostas a serem encaminhadas ao presidente Sarney: «Vamos sugerir também ao presidente uma mudança de rota econômica. Para isso, estamos pedindo ajuda de homens basilares da economia para propor medidas. Após discussão, vamos lançar isso».

Ajudar

Para ele, é obrigação de cada governador peemedebista histórico ajudar ao presidente a enfrentar os problemas econômico-financeiros do país: «Nós não queremos mais pedir a cabeça de ministro. Isso não interessa a Minas Gerais e tampouco a São Paulo. Minas não tem vaidade em ter um ministro da Fazenda. A nossa vaidade é que ele acerte e dê à sociedade brasileira respostas positivas». Com relação à atuação de Bresser Pereira, o governador mineiro limitou-se a dizer: «Ainda é muito inibida. Ele está pisando em ovos ainda».

Mas Cardoso defende a urgente necessidade de Bresser tomar medidas que baixem as taxas de juros: «Viramos o ano com uma

dívida interna de Cz\$ 1,4 trilhão, o que significa um comprometimento de 60 por cento do PIB. A taxa de 20% dá um espetáculo dantesco no fim do ano, com uma dívida interna de Cz\$ 5,0 trilhões. E a nossa preocupação é que isso acabe com medidas econômicas. Pessoalmente, acho que qualquer medida que se tome nesse país passa pela dívida pública. Caso contrário, os juros vão perturbar a nossa economia, mesmo com o ministro tentando diminuir o dólar».

Por outro lado, Newton Cardoso discordou da tese do ministro Bresser Pereira, de que o país tem de aprender a conviver com uma inflação de 20 por cento ao mês: «Respeito o ponto de vista do ministro, mas não concordo com essa declaração. O país não pode e não deve aceitar esse tipo de inflação, que vai corroer tudo — corrói salários, nossos orçamentos públicos que são estancos. Quando se fala em gatilho salarial é válido para a iniciativa privada. Os governos de São Paulo e Minas não podem ficar dando esse gatilho, porque o orçamento é estanca e nunca a inflação acompanha o nosso ICM».

Finalmente, Newton Cardoso demonstrou não estar preocupado com críticas que deputados mineiros têm feito à sua administração: «Essa gente sempre falou cochichando. Eu acabei com isso. Esse cochicho não leva a nada. É uma conversinha de pé de ouvido. Sou tal qual o Quercia. Sou direto, nascido no meio do povo».

Depois de ter se reunido por quase uma hora com o governador de Minas, Orestes Quercia não afastou a possibilidade de uma nova reunião de governadores, para discutir propostas econômicas a serem apresentadas a Sarney. «O governador de Minas falou praticamente o que pensamos. E preciso um esforço de definição das coisas na área econômica. Temos um novo ministro. E preciso que haja tranquilidade para que o Governo Federal supere os problemas econômicos, como a taxa de juros. É possível que o governador de Minas tenha notícias, nos próximos dias, a respeito de uma análise que ele está fazendo, eu também e o Moreira Franco está também fazendo».

Quercia acredita que o presidente Sarney está já assumindo efetivamente o comando da política econômica do país, a exemplo do que tinha sido reivindicado, em abril, pelos governadores reunidos no Palácio dos Bandeirantes. Quercia acha ainda que Sarney assumirá ainda mais esse comando.